

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	5
<i>Prefácio</i>	11
1 Do Assédio Moral	13
1. Introdução	13
2. O conceito doutrinário.	13
2.1. Direito brasileiro	13
2.2. Direito estrangeiro e internacional	17
3. Conceito legal	18
3.1. Legislação brasileira	18
3.1.1. <i>Setor público municipal</i>	18
3.1.2. <i>Setor público estadual</i>	22
3.1.3. <i>Setor público federal</i>	25
3.1.4. <i>Setor privado</i>	27
3.2. Legislação estrangeira	29
3.2.1. <i>França</i>	30
3.2.2. <i>Portugal</i>	31
3.2.3. <i>Espanha</i>	32
3.2.4. <i>Chile</i>	37
3.2.5. <i>Colômbia</i>	38
3.2.6. <i>Suécia</i>	40
3.2.7. <i>Grã-Bretanha</i>	41
3.2.8. <i>Bélgica</i>	44
3.2.9. <i>Noruega</i>	45
3.3. Legislação internacional	46
3.3.1. <i>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</i>	46

3.3.2. <i>União Europeia</i>	47
4. Conceito jurisprudencial do assédio moral	48
4.1. Jurisprudência nacional.	48
4.2. Jurisprudência estrangeira.	59
4.2.1. <i>Itália</i>	60
4.2.2. <i>Alemanha</i>	63
4.3. Elementos caracterizadores do assédio moral de acordo com conceito legal brasileiro e conceito doutrinário.	64
5. Assédio processual.	65
 2 Demais Formas de Constrangimento no Trabalho.	71
1. Lesão à imagem	71
2. Lesão à honra	83
3. Lesão à intimidade.	95
3.1. Monitoramento eletrônico.	95
3.2. Revista de empregados	101
4. Assédio sexual	105
 3 Do Assédio Sexual.	106
1. Conceito.	106
2. Legislação.	106
2.1. Legislação internacional e estrangeira	106
2.2. Legislação nacional	113
2.2.1. <i>Aspectos penais</i>	113
2.2.2. <i>Aspectos trabalhistas</i>	116
3. Elementos caracterizadores e conceito de assédio sexual de acor- do com a jurisprudência trabalhista brasileira	120
3.1. Natureza sexual da conduta.	120
3.2. Conduta, praticada por superior hierárquico ou por colegas de trabalho, deve ser repelida	122
3.3. Síntese conceitual pela jurisprudência.	123
3.4. Prova do assédio sexual.	126
 4 Das Medidas Preventivas contra o Assédio Moral	128

1. Introdução	128
2. Da atuação empresarial — Código de Ética e Conduta	129
3. Quadro sinótico a respeito das medidas de prevenção	143
5 Das Medidas Repressoras contra o Assédio Moral	145
6 Problemas Jurídicos	152
1. Responsabilidade penal pela prática de assédio moral.	152
2. Responsabilidade trabalhista (art. 4º da Lei n. 9.029/95)	155
3. Responsabilidade civil da empresa por ato do empregado ou preposto.	162
3.1. No dano moral.	162
3.2. No acidente de trabalho.	169
4. Da prova no assédio moral e no assédio sexual.	178
5. Dos critérios de valoração para arbitramento da indenização — Doutrina e jurisprudência	187
6. Da prescrição para ação de dano moral decorrente do assédio moral	192
<i>Conclusão</i>	205
<i>Referências</i>	207